



A produção do corpo desejante na axiomática do capital: uma leitura esquizoanalítica da era farmacopornográfica

The production of the desiring body in the axiomatics of capital: a schizoanalytic reading of the pharmacopornographic era

La producción del cuerpo deseante en la axiomática del capital: una lectura esquizoanalítica de la era farmacopornográfica

Bruno Latini Pfeil

Thiago Colmenero Cunha

Universidade Santa Úrsula (USU), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

De um lado, Paul Preciado discorre sobre a produção do corpo tecnobiomolecular em uma era gerida pela farmacologia e pela indústria do sexo. De outro, e sem contradição, Deleuze e Guattari reconhecem a operação de uma axiomática do capital, uma modelização global dos processos de codificação dos fluxos desejantes. Esta pesquisa procura correlacionar os pensamentos dos autores e propõe a discussão sobre uma axiomática farmacopornográfica, isto é, um modelo de codificação dos corpos, da economia, da política e do desejo regulado pelo que Preciado chama de novo governo do ser vivo, o legado tecnológico das guerras do século XX. Este artigo busca compreender a produção artificial do corpo e seus movimentos em meio à sexopolítica e à máquina capitalista integrada. A construção tecnobiomolecular do corpo não é dissociada dos resquícios políticos e tecnológicos do pós-guerra, tampouco das sínteses conectivas e disjuntivas que o permeiam.

Palavras-chave: Farmacopornografia; Axiomática do capital; Sexopolítica.

Abstract

On the one hand, Paul Preciado talks about the production of the technobiomolecular body in an era managed by pharmacology and the sex industry. On the other hand, and without contradiction, Deleuze and Guattari recognize the operation of an axiomatics of capital, a global modeling of the codification processes of desiring flows. This research aims to correlate the authors' thoughts and proposes a discussion about a pharmacopornographic axiomatics, in other words, a model of codification of bodies, economy, politics and desire regulated by what Preciado calls the new government of living beings, the technological legacy of the 20th century wars. This article seeks to understand the artificial production of the body and its movements amidst sex politics and the integrated capitalistic machine. The technobiomolecular construction of the body is not dissociated from the political and

technological remnants of the post-war period, nor from the connective and disjunctive syntheses that permeate it.

Keywords: Pharmacopornography; Capital axiomatics; Sexpolitics.

Resumen

Por un lado, Paul Preciado habla de la producción del cuerpo tecnobiomolecular en una era manejada por la farmacología y la industria del sexo. Por otro lado, y sin contradicción, Deleuze y Guattari reconocen el funcionamiento de una axiomática del capital, un modelado global de los procesos de codificación de los flujos deseantes. Esta investigación busca correlacionar los pensamientos de los autores y propone una discusión sobre una axiomática farmacopornográfica, es decir, un modelo de codificación de cuerpos, economía, política y deseo regulado por lo que Preciado llama el nuevo gobierno de los seres vivos, el legado tecnológico de las guerras del siglo XX. Este artículo busca comprender la producción artificial del cuerpo y sus movimientos en medio de la política sexual y la máquina capitalista integrada. La construcción tecnobiomolecular del cuerpo no está disociada de los remanentes políticos y tecnológicos de la posguerra, ni de las síntesis conectivas y disyuntivas que lo impregnan.

Palavras chave: Farmacopornografia; Axiomática del capital; Sexpolítica.

Introdução

Na era farmacopornográfica evidenciada por Paul Preciado (2018, p. 27), encontra-se o que seria um novo “governo do ser vivo”, em que o corpo surge como um aparato biopolítico, disseminado molecular e midiaticamente na economia mundial. Com Deleuze e Guattari (2010), identificamos a atuação de uma axiomática do capital, a modelização global dos processos de codificação, descodificação e codificação dos fluxos de desejos. O que se percebe é a construção de uma maquinaria da economia, do corpo e da subjetividade que não se dissocia das insurgências tecnológicas e midiáticas do

pós-guerra do século XX, e que culmina na produção do corpo como fração da produção de desejo: agora, o corpo produz o desejo que consome, e consome as tecnologias que o corporificam. Agora, o corpo é codificado em uma axiomática tecnobiomolecular, que gere sua leitura social e suas relações hormonais e sinápticas como um só fluxo. Nosso intuito, ao longo deste artigo, é explicitar a correlação entre o conceito esquizoanalítico de axiomática do capital e a era farmacopornográfica.

Antes de nos aprofundarmos nesta correlação, acreditamos ser necessário apresentar algumas definições, primeiro sobre o pensamento de Deleuze e Guattari

(2010, p. 510) e seu “phylum maquínico”, a compreensão esquizoanalítica de desejo, fluxos e inscrições, e a definição de seu conceito de axiomática. Em seguida, nos voltaremos aos movimentos dessa maquinaria pelas dinâmicas políticas, econômicas e desejantes da farmacopornografia de Preciado (2018).

Pela esquizoanálise, compreendemos as relações afetivas, sociais, econômicas, políticas e de desejo por uma ótica maquínica, ou um “phylum maquínico” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 510). Deleuze e Guattari (2010) não se utilizam de metáforas quando se referem a essa maquinaria, nem quando descrevem as dinâmicas entre máquinas desejantes, sociais, técnicas: este phylum diz respeito a um conjunto comunicacional, instâncias que se conectam e que se disjuntam, por diferentes fluxos desejantes. Para os autores, a produção social, e todas as dinâmicas produtivas, são instituições de desejo. O desejo constitui a estrutura da produção social.

A lógica maquínica compreende a sociedade como um socius de inscrição. Na superfície do socius, máquinas codificam fluxos, peças se ajeitam e se conectam e são cortadas. O movimento maquínico só ocorre mediante a inscrição, o registro, a marcação, de forma que o

socius se encarregue de “tatuá-lo, excisar, incisar, recortar, escarificar, mutilar, cercar, iniciar” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 191). É na superfície do socius em que tudo se arranha, se comunica, todas as dinâmicas maquínicas são registradas como verdadeiras cicatrizes temporais. O socius e seu phylum maquínico, portanto, contêm o registro de todos os fenômenos que o marcaram; é o que nos sustenta, nosso campo simbólico e material. O socius maquina o que quer que esteja em sua superfície, sustentando os cortes e as conexões e criando, com isso, uma realidade técnica (Deleuze & Guattari, 2010) de conjunções e rupturas entre peças, ferramentas e equipamentos coletivos.

Enquanto uma máquina produz um fluxo, outra produz um corte, extraindo o fluxo: a boca se acopla ao seio, e depois produz leite, e depois, e depois. Máquinas desejantes são máquinas binárias, pois sempre existem em conjunto, mediante fluxos de desejo. “O desejo faz correr, flui e corta” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 16). Na medida em que a produção desejante e a produção social se unem e se inscrevem no socius, na terra, e na medida em que tais produções são instituições de desejo, compreende-se que o socius e o desejo estão conectados como um mesmo plano.

O desejo está inscrito no socius. Portanto, a esquizoanálise visa mapear os investimentos libidinais, nos âmbitos econômicos, políticos e subjetivos, concebendo o corpo social como uma “instância maquinizante” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 529).

Por essa perspectiva, compreende-se a impossibilidade de dissociar a produção social da produção desejante, os investimentos sociais molares dos investimentos desejantes moleculares. É exatamente isso o que Preciado (2018) pontua em seus estudos sobre a era farmacopornográfica. Para ele, a produção do corpo no âmbito molecular está intimamente conectada aos investimentos econômicos e políticos do contexto de guerra do século XX. As tecnologias utilizadas no campo do privado são as mesmas utilizadas em cenários políticos de conflito, de forma que os componentes de nossas subjetividades e a estrutura ideológica das dinâmicas econômicas globais sejam produzidos em uma mesma linha. Desse modo, devemos investigar o que esteve se inscrevendo no socius nesse meio tempo, o que anda constituindo nosso phylum maquínico, o que as máquinas desejantes e sociais vêm produzindo e o que as tem produzido.

O phylum maquínico descrito por Deleuze e Guattari (2010), quando pensado pela ótica de Preciado (2018), agrega as “ruínas urbanas, psíquicas, fisiológicas e ecológicas da Segunda Guerra Mundial” e atua a partir de um novo “governo do ser vivo” (Preciado, 2018, p. 27), visível com mais força nos anos 1970. Preciado (2018) denomina esse novo governo de farmacopornografia, um regime em que os fluxos biomoleculares (fármaco) e semiótico-técnicos (pornô) gerem o corpo e a subjetividade. O que o autor argumenta é que as mudanças desse novo governo da vida ocorrem por meio de uma gestão global do corpo, das noções de sexo, gênero, sexualidade e desejo, tendo a guerra como um super laboratório para testar biotecnologias que, posteriormente, serão aplicadas na vida privada das metrópoles. Preciado aponta para a relação direta entre as indústrias farmacêuticas, pornográficas e da guerra, e escreve que as “técnicas necropolíticas da guerra progressivamente se tornarão indústrias biopolíticas para produção e controle de subjetividades sexuais” (Preciado, 2018, p. 27). A necropolítica se caracteriza pela sistematização de uma dinâmica de morte, exercida do Estado para com corpos considerados descartáveis (Mbembe, 2018), cujas mortes – e vidas – não

possuem valor para o Estado – ou cujo valor existe somente no plano da subserviência. Mbembe (2018) nos mostra, em seu célebre ensaio, como o Estado moderno, oriundo do colonialismo, exerce a mortificação contínua de corpos que não refletem o universalismo colonial, seja por meio do extermínio físico, seja por meio do aniquilamento subjetivo.

Por meio de técnicas necropolíticas, compreendemos a atuação de uma axiomática farmacopornográfica, isto é, um regime de codificação, decodificação e recodificação de fluxos de desejo modelado pela produção farmacológica do corpo e por sua publicização global pornográfica. Ao passo em que os processos de codificação se voltam à inscrição dos fluxos de desejo, a axiomática se refere não aos códigos que são implantados, retirados ou reformulados, mas a uma forma global de codificação, de inscrições. A axiomática propicia uma modelização de codificação, padronizando o sentido dos fluxos de desejo. O que questionamos é para onde este sentido nos leva, como se desdobra em nossos corpos, como podemos apreendê-lo e compreender seus efeitos nas esferas pública e privada – veremos que estas também não se dissociam –, o que as tecnologias do pós-guerra do século XX

tem a ver com os fluxos hormonais que nos constituem enquanto seres socialmente inteligíveis ou não.

Em resumo, nos propomos a analisar como nossas subjetividades têm sido construídas, a partir da perspectiva do que seria um phylum maquínico farmacopornográfico. Para tanto, delinearemos o desenvolvimento através de uma investigação dos componentes fármaco e pornô deste novo governo do ser vivo, respectivamente, correlacionando-os com conceitos esquizoanalíticos. Pensaremos na produção artificial do corpo e sua sexualização, refletida – ou promovida – na artificialidade do capitalismo.

A artificialidade do corpo: sínteses e próteses

A era farmacopornográfica se caracteriza pela relação direta entre a sintetização de hormônios considerados sexuais (testosterona, estrogênio e progesterona), a produção de filmes pornô e a guerra, visto que as tecnologias de guerra, as cosméticas e as voltadas ao prazer são, em sua estrutura, as mesmas (Preciado, 2018). O legado da guerra é exatamente a implementação de tecnologias armamentistas na vida

doméstica cotidiana, e Preciado (2018) mapeia as trajetórias da invenção dos hormônios sexuais e da explosão pornográfica como os pilares dessas tecnologias.

Há dois fatores proeminentes na configuração da sociedade farmacopornográfica. Em primeiro lugar, a invenção da categoria de gênero, que promove uma série de dinâmicas de patologização e normatização médica e jurídica de corpos “incongruentes” com as normas sexuais e de gênero. Com a emergência e o fortalecimento da psiquiatria em meados do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, a categoria de gênero não é somente delimitada em relação à de sexo, como é patologizada, sendo-lhe atribuída uma série de diagnósticos. A histeria exemplifica bem esse processo, ao ser associada a corpos designados femininos. A categoria de gênero é propriamente inventada como uma patologia por si só. Em segundo, temos a transformação do corpo em uma arquitetura tecnobiopolítica que produz e, ao mesmo tempo, consome os códigos farmacopornográficos de gestão da vida. Preciado (2018) não compreende o bio e o tecno como antagonismos, separados entre o sintético e o orgânico, o natural e o artificial. O bio e o tecno se

complementam, proporcionando novos modelos de representação do corpo na mídia, na arquitetura, na medicina. Ao corpo, atribuem-se novas possibilidades de construção tectônica (Preciado, 2018), de modo que cada bio-órgão tenha seu tecno-órgão como máquina acoplada. De acordo com as tecnologias que utilize ou que deixe de utilizar, o corpo é codificado, inteligibilizado no tecido social.

Esse processo de codificação é apresentado primeiramente por Deleuze e Guattari (2010). As máquinas contêm códigos, indissociáveis de seu registro e de sua relação com o corpo e com outras máquinas; elas requerem fluxos de códigos, que compõem e rodeiam a máquina e delineiam seu movimento (Deleuze & Guattari, 2010). O código nada mais é do que um modelo pelo qual o fluxo será guiado: qual o caminho que deve percorrer?, com qual outro fluxo deve se conectar e qual deve cortar? Codificar é “dar uma etiqueta, um nome, um número de registro, uma medida, uma senha, uma cifra, como um código de barras é o registro de um produto” (Hur, 2015, p. 163-164), de maneira que as dinâmicas sociais e subjetivas passem a ser construídas com base nessas cifras e registros. O socius codifica os fluxos de desejo, inscreve-os em sua superfície, ao

passo que os fluxos buscam por linhas de fuga, de liberação; os fluxos podem ser decodificados e recodificados, modificando suas linhas, seus vínculos e disjunções.

No regime capitalista, ou em meio aos movimentos da máquina capitalista integrada, observa-se uma dinâmica diferente da codificação. O capitalismo se constrói sobre fluxos decodificados; faz com que os códigos intrínsecos às máquinas desejantes sejam substituídas por axiomáticas. Ao passo em que libera os fluxos de desejo, o capitalismo os restringe às suas próprias medidas, apropria-se da produção e da reprodução. A axiomática do capital diferencia-se dos processos de codificação quando, ao invés de formatar os fluxos de desejo, produz “uma “fórmula” que modula as condutas e o ser, numa instabilidade perpétua” (Hur, 2015, p. 166). O capitalismo decodifica, ou até mesmo sobrecodifica; nada lhe pode escapar, nenhum fluxo deixa de ser codificado. Como exemplo, Hur (2015) traz a ideia de código de conduta: não há mais um código a ser seguido, um comportamento social a ser refletido, mas sim a produção de um

esquema imaterial, uma combinatória, que ressoa, reverbera e deve ser multiplicada e

multiplicada em todas as instâncias da vida; não apenas nos processos econômicos, mas também políticos, relacionais, afetivos, cognitivos, resultando numa subjetividade capitalística. (Hur, 2015, p. 166)

Pela axiomática do capital, não nos voltamos às etiquetas que são acopladas aos fluxos, e sim aos mecanismos – serializados – a partir dos quais tais etiquetas serão direcionadas, tal como os caminhos que os fluxos poderão – e deverão – seguir. Os fluxos agora se registram no socius não por sua codificação, mas por sua axiomática, por seu valor mercantil, e tal valor se refere tanto aos custos de mão-de-obra, à matéria-prima utilizada, aos acordos políticos quanto aos investimentos de desejo que promovem os fluxos e que são promovidos por eles. Portanto, compreender os processos de codificação e axiomatização da arquitetônica tecnobiopolítica – isto é, do que subsiste por trás da naturalização do corpo farmacológica e midiaticamente construído – engloba tanto as transações econômicas e políticas quanto as produções subjetivas que as movimentam, e essa arquitetônica só se torna possível pelo desenvolvimento, desde o século XX, das possibilidades de modificação corporal, da distribuição

massiva de hormônios sintéticos e da pornificação do trabalho. Entramos, com isso, no regime da produção de subjetividade (Guattari & Rolnik, 1996), que nada mais é do que a produção de desejo.

Podemos sintetizar a produção de desejo pela teia fármaco-pornô-guerra. Como o corpo tornou-se tecnobiomolecular? Como as tecnologias do pós-guerra se concretizam nos cosméticos da vida privada? Preciado (2018) nos oferece um apanhado histórico sobre esse processo, e data o isolamento das primeiras moléculas de progesterona e estrogênio em 1941, concomitantemente ao primeiro mapeamento do que seria o “desvio sexual” (Preciado, 2018), seguindo para a criação dos Relatórios Kinsey em 1948. A inauguração da Playboy, os estudos de John Money sobre papéis sexuais e a comercialização da pílula anticoncepcional (Enovid) marcam o ano de 1957. Em seguida, em 1966, Harry Benjamin publica sua obra sobre o fenômeno transexual, popularizando o tema. O que percebemos com isso é que a categorização médica do gênero e da sexualidade se determina concomitantemente à produção industrial dos hormônios e do corpo.

Observa-se um corpo sendo produzido subjetiva e biologicamente, por seus níveis hormonais, sua configuração cromossômica, sua anatomia e sua constituição subjetiva. Para Guattari e Rolnik (1996, p. 278-279), o corpo “é sempre algo que tem a ver com o modo de inserção na subjetividade dominante”, o que nos incita a questionar: de que corpo estamos falando? Como diferentes corpos são inseridos na sociedade farmacopornográfica? Preciado (2018, p. 33) chama esse processo farmacológico e pornográfico de “corporalização tecnológica”: a generificação da anatomia atua como uma biocodificação do corpo, passando pela naturalização do modelo dual de sexo até a artificialização endocrinológica da binaridade de gênero.

Contrário ao regime disciplinar do século XIX, que percebia a ideia de sexo biológico como natural e imutável, o regime farmacopornográfico não só diferencia a noção de sexo da de gênero, como também as produz sinteticamente, promovendo a comercialização da masculinidade por moléculas sintéticas de testosterona e da feminilidade por moléculas de estrogênio e progesterona e a insurgência dessas transações não seria possível sem os períodos de guerra do começo do século XX. A concepção

biologicista de sexo e gênero do regime disciplinar não o isentava de violências de gênero, muito pelo contrário. A docilização do corpo, como Foucault (1988) bem nos mostra, ocorre mediante o cerceamento da sexualidade. Ao refutar a hipótese repressiva, Foucault (1988) argumenta que não se reprimia somente discursos dissidentes sobre gênero e sexualidade, mas sim que, concomitantemente a isso, se produzia um discurso dominante sobre sexo e gênero. A era farmacopornográfica bebe da disciplina, da soberania e da biopolítica, não se opondo a elas, mas complementando-as.

Em resumo, a guerra é “um laboratório privilegiado para a experimentação em escala global de drogas pesadas, estupros em massa, serviços sexuais obrigatórios não remunerados e implementação de programas de extermínio tecnobiopolítico” (Preciado, 2018, p. 331). No período da Primeira Guerra Mundial, encontram-se os primeiros usos e tráfegos de testosterona em animais não-humanos e humanos. Além disso, os tratamentos médicos desenvolvidos para sobreviventes da Primeira Guerra Mundial e para as vítimas da bomba nuclear vieram a se tornar produtos cosméticos e sexuais, na década

de 1950. Após a Segunda Guerra Mundial, entramos em uma era das “tecnologias suaves, ligeiras, viscosas e gelatinosas que podem ser injetadas, inaladas – “incorporadas”” (Preciado, 2018, p. 85). A partir da década de 1960, esteróides anabolizantes podem ser encontrados legal ou ilegalmente em qualquer farmácia. Os hormônios ganham o contorno de uma biocomunicação, capazes de modificar não só o funcionamento orgânico, como também a socialização e a semiotização do corpo. Se o corpo é semiotizado, ou seja, é inteligibilizado – ou não – a partir de sua construção em laboratório, por meio das mesmas tecnologias utilizadas para seu extermínio, haveria distinção entre a produção industrial do corpo e a produção desejante que o move?

Como exemplo do hormônio como mecanismo de semiotização, Preciado (2018) nos fala sobre a invenção da biofeminilidade – representações midiáticas e audiovisuais e constituições moleculares do que seria a feminilidade natural – pela comercialização explosiva da Pílula. O uso legal quase que exclusivo da Pílula em corpos de mulheres cisgêneras reitera esse pensamento: os corpos de mulheres cis não existem mais ‘naturalmente’, mas artificialmente. Com a administração massiva de estrogênio e

progesterona nos corpos de mulheres cis ocidentais, o que se observa é a produção de biocódigos de feminilidade. Os hormônios se comunicam com a rua; codificam o corpo enquanto consumidor ou produtor ou anomalia. O que está sendo cifrado no corpo designado feminino é uma feminilidade microprotética, passível de patenteamento e comercialização. O caráter microprotético da feminilidade se deve à sua redução – binária e normativa – a partículas de estrogênio e progesterona, por exemplo, de modo que tais hormônios, produzidos sinteticamente em laboratório, possam ser utilizados por uma variedade de corpos como próteses, isto é, artifícios exógenos ao corpo e ingeridos pelo mesmo. O que está sendo registrado no corpo designado feminino é a própria patente do laboratório farmacêutico e dos movimentos políticos e econômicos que culminaram na produção da Pílula que a mulher cis ingere todas as noites. O corpo designado feminino é um corpo submetido a processos de feminização. Nesse sentido, temos que a feminilidade e a masculinidade são artifícios midiáticos e moleculares do capitalismo colonial; são ficções, pois só existem em laboratório, por moléculas hormonais e próteses, e em plataformas pornográficas, filtradas pelo

ângulo da câmera, pela iluminação, pelo photoshop, pelo espetáculo.

A partir disso, devemos pensar em uma sexopolítica, o conjunto de três ficções somáticas – o sexo, a sexualidade e a raça – operantes em todas as dinâmicas econômicas, políticas e científicas. Não é possível analisar as transformações políticas e econômicas do último século sem a compreensão destes fatores conjuntos. Seu caráter de ficção se deve à necessidade de “repetição performativa de processos de construção política” (Preciado, 2018, p. 76), ou seja, as categorias de sexo, sexualidade e raça são construções políticas que, sem sua constante reiteração e atribuição a corpos materiais, se perdem na imaterialidade.

O começo da sexopolítica marca o final do século XVII, com a patologização da homossexualidade, a punição jurídica do aborto, a vigilância de práticas heterossexuais visando à reprodução. Nesse sistema de vigilância, o “corpo e seus produtos se tornarão propriedade do masculino/marido/pai e, por extensão, do Estado e de Deus” (Preciado, 2018, p. 81-82), e o sexo (que abrange os órgãos sexuais, as funções atribuídas a eles, as performances sexuais e de gênero, a categorização do normal e do anormal) se torna parte do “cálculo do poder”

(Preciado, 2011, p. 11), transformando qualquer discurso sobre o sexo em uma engrenagem das tecnologias de controle da vida. Na sexopolítica, cada órgão possui sua função e é definido por ela, sendo o sexo a norma que promove a materialização dos corpos: o corpo “só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder”, escreve Butler (2003, p. 137), e os significados atribuídos aos corpos que não refletem um ideal instituído de normalidade sofrem processos de criminalização, patologização e segregação.

Percebe-se um caminhar conjunto das práticas médicas-jurídicas e da disseminação das redes de comunicação. Essa relação se mostra como uma das principais características do regime farmacopornográfico emergente no século XX: a espetacularização e a produção tecnobiomolecular do corpo. Pela injeção de moléculas de estrogênio ou testosterona, nossos corpos se intercomunicam, se codificam e conectam ou rivalizam. O corpo hormonizado é um propulsor de “intercâmbios semiótico-técnicos” (Preciado, 2018, p. 173-174).

O corpo se transforma em um aparato tecnopolítico, uma vez que tecnologias cirúrgicas, endocrinológicas, genéticas e midiáticas, televisivas e

virtuais penetram a ilusória privacidade da vida cotidiana. Com as atuais técnicas farmacológicas e cirúrgicas, é possível fabricar e manufaturar corpos farmacopornográficos em lógica de livre-demanda. A manufatura do corpo é também manufatura de subjetividade (Guattari & Rolnik, 1996), que ocorre concomitantemente à produção automobilística, à geração de eletricidade, à distribuição geográfica de água potável. Não nos constituímos apenas por genes cruzados, mas pelos significantes de DNA, pelas indústrias farmacêuticas, pelos laboratórios que semiotizam as moléculas genéticas. Tudo isso faz parte do hormônio, porque todos esses signos fazem parte dessa mesma subjetividade. Na axiomática do capital, a comercialização de coca-cola e a prescrição de rivotril, o receituário especial da testosterona e o rompimento da camada de ozônio compõem o mesmo fluxo.

Com isso, compreende-se a existência de fluxos de hormônios, da conexão de moléculas sintéticas aos acordos políticos que anunciam sua comercialização, à previsão de consumo, ao mercado ao qual são direcionadas, ao corpo que é construído para elas antes mesmo de tê-las absorvido. Identificamos um phylum maquínico hormonal e

protético, no qual a testosterona carrega não somente uma assimilação e organização específicas de moléculas de carbono, como também laboratório em que foi sintetizado, as cobaias humanas e não-humanas em que foi testado, sua discursividade.

A discursividade dos hormônios sexuais abarca do sujeito que os consome até os sujeitos que serviram como cobaias. A testagem dos hormônios sexuais começa primeiramente com modelos animais, seguindo para cobaias humanas oriundas de instituições psiquiátricas – pela hormonização de pessoas consideradas desviantes sexuais, em vias de curá-las de sua sexualidade ou identidade de gênero “desviantes”, ou pela esterilização de pessoas consideradas inválidas, seguindo pela teoria da degenerescência referida por Foucault (1988) – e de populações colonizadas – como maior exemplo, Preciado (2018) indica os testes das primeiras versões da Pílula em Porto Rico –, além de outras instituições carcerárias e correcionais (Preciado, 2018). Somente após testes clínicos em sujeitos colonizados ou aprisionados é que os fármacos são comercializados “seguramente” para as massas, para as metrópoles. Assim, sendo primeiramente utilizada na população colonizada de Porto

Rico, por exemplo, a Pílula anticoncepcional é um dispositivo eugênico, um projeto colonial, definido por Vergueiro (2015, p. 203) como “projetos que buscam ‘verdades’ de pessoas colonizadas, na medida em que este conhecimento sirva aos colonizadores de alguma forma”. A Pílula serve aos colonizadores para viabilizar o controle de populações colonizadas no âmbito doméstico e corporal; para produzir um modelo de feminilidade que invariavelmente pornifica as pessoas tratadas como cobaias pelas indústrias farmacêuticas.

Nesse contexto, os fármacos não são meros agentes de modificação do estado de consciência ou do metabolismo, mas sim “tecnologias do sujeito, microtecnologias da mente, próteses químicas pelas quais emergirão novas práticas para a definição de quadros de inteligibilidade humana” (Preciado, 2018, p. 378). Não se trata somente do “fazer viver” da biopolítica de Foucault (1999), mas do poder sobre uma massa global tecnicamente modificada.

Nesse sentido, os hormônios, para Preciado (2018), são drogas políticas. Não se atém à modificação do metabolismo, do apetite, da reatividade, da forma como decodificamos o mundo, mas contempla

toda a leitura do corpo, nossa codificação e decodificação social. As categorias de sexo e gênero, que integram a decodificação do corpo pelo socius, são ficções somatopolíticas, um conjunto de tecnologias farmacêuticas, cirúrgicas, audiovisuais que irrompem desejos, identidades, sensações, toda uma forma de experienciar a realidade. O gênero opera exatamente como uma droga, construído por “redes de materialização biopolítica” (Preciado, 2018, p. 128). A categoria de “gênero” só existe mediante sua monetização, sua compra, seu consumo, design e fabricação. Podemos pensar no gênero como um agenciamento político produzido em laboratório.

Quando Guattari e Rolnik (1996) se atentam à ideia de agenciamento, apontam para quatro dimensões de ação: territoriais, processuais, de universos e de fluxos. Os agenciamentos circunscrevem seu campo de ação: situam-se, ao mesmo tempo em que se movem e são movidos por outros territórios; e esses movimentos são registros de processos – de produção capitalística, de singularização, de brutalidade, de fuga. O que mais chama a atenção é o conceito de fluxo, não se atendo apenas ao movimento, mas ao registro de tudo o que o fluxo atravessa: de fluxos demográficos a fluxos sanguíneos a

fluxos elétricos a fluxos de hormônios. Por agenciamento, Deleuze e Guattari (1995) compreendem o crescimento das dimensões de uma multiplicidade. Não há posições fixas, muito menos centralizações; há somente caminhos possíveis. O que se mostra são linhas que se conectam, sem distanciar as representações dos objetos e os objetos por si mesmos. “Não existe agenciamento individual, nunca há” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 49), pois há somente “multiplicidades que se penetram e formam em dado momento um único e mesmo agenciamento maquínico” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 48).

Para Passos & Barros (2009), o sujeito é, por si mesmo, um agenciamento de enunciação, posto que se constitui em um plano de agenciamentos coletivos. Os sujeitos e os objetos de um plano precedem o enunciado: são a enunciação. O corpo, aqui, “não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação próstética dos gêneros” (Preciado, 2011, p. 14). O corpo é uma potência de criação sobre a qual se cruzam agenciamentos e pela qual se enunciam. Todos os corpos são aparatos farmacopornográficos. A captura do corpo pela farmacopornografia não anula sua potencialidade, tal como sua

potência não anula seu embaçamento. Da mesma forma com que um corpo pode ser capturado pelas micropróteses midiaticamente distribuídas, outro corpo pode se utilizar delas de maneira dissidente, subvertendo a funcionalidade da feminilidade e da masculinidade, corrompendo-as e as transmutando.

Tal transmutação e tal normatização não ocorrem por acaso, mas a partir de dinâmicas de marginalização, acesso e transitoriedade. As ficções somatopolíticas que sustentam o regime farmacopornográfico ditam como determinados corpos terão acesso às biotecnologias de gênero, quais tecnologias são disponibilizadas, sua qualidade, o grau de severidade dos danos à saúde. Há uma relação direta entre a distribuição dos marcadores de raça, classe, sexualidade, gênero e a distribuição das respectivas tecnologias de produção corporal a cada marcador, e “é nessa circulação diferencial de fluxos de sexualização que se desempenha a normalização contemporânea do corpo” (Preciado, 2011, p. 13). A que hormônios se têm acesso: a testosterona farmacologicamente controlada, oriunda de laboratórios farmacêuticos regulamentados, receitada pelo médico de uma clínica particular após a análise de

exames clínicos e de laudos psicológicos e psiquiátricos atestando disforia de gênero ou a testosterona disponível no mercado ilegal dos esteróides, sem controle médico e fiscal? Os processos de masculinização e feminização, aos quais todos os corpos são submetidos, possuem diferentes impactos conforme os marcadores sociais da diferença dos corpos atravessados pelas moléculas que produzem e que ingerem. Um corpo designado homem ao nascimento, sob efeito de estrogênio sintético, não causará o mesmo impacto social do que um corpo designado mulher ao nascer, sob o efeito do mesmo hormônio. Um corpo branco designado mulher ao nascer, sob efeito de testosterona sintética, não causará o mesmo impacto social do que um corpo negro designado mulher ao nascer, sob efeito da mesma substância. O corpo é, por si só, um conjunto de agenciamentos, e os agenciamentos que permeiam o corpo predizem os limites de sua artificialidade.

A partir disso, compreendemos como ocorre a construção do corpo por vias farmacológicas e moleculares, percorrendo uma parte de seu caráter artificial. Apresentamos a relação de diferentes marcadores sociais e seus diferentes acessos às tecnologias de corporificação; as dinâmicas de fluxos

hormonais e suas interlocuções políticas e econômicas; as conexões e as disjunções que sustentam a maquinaria dos laboratórios farmacêuticos em consonância à produção industrial de tecnologias de guerra. Agora, partiremos para a outra face da artificialidade do corpo, sua pornificação, e nos aprofundaremos nos processos de midiatização pornográfica e de sexualização do corpo em âmbito global.

A pornificação do trabalho e do trabalhador

Tal como a distribuição farmacológica segue por marcadores segregativos, a pornificação do corpo está intimamente conectada com a opressão que ele sofre. Os corpos mais pornificados são historicamente os mais subjugados (Preciado, 2018). Há uma divisão entre os corpos-produto e os corpos-consumidores, no campo da testagem de sintéticos, da pornografia e do trabalho sexual. De um lado, o corpo consumidor (geralmente codificado como masculino, cisgênero, branco e heterossexual, produzido pelo Viagra e por esteróides); de outro, o corpo-produto (não-branco, feminizado, pauperizado, cobaia de sintéticos altamente tóxicos), descartável.

O trabalho sofre um processo de pornificação: os trabalhadores farmacopornográficos são precarizados e feminizados, ou seja, são corpos penetráveis (pelo pau do mundo e pelo capital). Corpos femininos – não necessariamente de mulheres cis, mas de qualquer corpo feminizado – são corpos penetráveis, independentemente de sua anatomia, de sua distribuição hormonal ou configuração cromossômica, embora esses fatores pesem em sua feminização e descartabilidade. Em um enredo pornográfico, qualquer corpo pode ser somatopoliticamente programado para chupar ou ser chupado. Surge um proletariado farmacopornográfico cujos trabalhadores ideais do sexo são “a boca siliconada, silenciosa e politicamente subalterna, de uma imigrante mulher cis ou transexual sem acesso à identidade administrativa e à cidadania plena” (Preciado, 2018, p. 328). A ilegalidade e a marginalização da pornografia e do trabalho sexual se inscrevem no corpo, e os melhores funcionários da indústria farmacopornô são os corpos naturalmente terceirizados, descartáveis e socialmente negligenciados. Falamos, agora, de um corpus pornographicus.

Preciado (2018) encontra semelhanças entre a estrutura da produção

pornográfica e do trabalho sexual e da arquitetura prisional. A indústria pornográfica e a instituição carcerária seguem as mesmas organizações políticas e econômicas da segregação racial e de gênero, da inexistência de direitos trabalhistas e de reivindicações, da ausência total de direitos civis. As instituições prisionais e correcionais promovem uma dessubjetivação; reduzem o sujeito à ilegalidade. No mesmo sentido, as indústrias pornográficas o reduzem ao seu potencial excitatório, inerentemente ilegal e criminoso. As dinâmicas das instituições carcerárias e das indústrias pornográficas são, em suma, as mesmas. Observamos um caráter acusatório presente nestas dinâmicas, pois os complexos industriais-carcerários e a indústria pornográfica operam não pelo que o sujeito fez, mas por quem ele é. Tal perspectiva é abordada por Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018, p. 181) sobre o encarceramento de pessoas trans, quando dizem que a punição “decorre de quem se é, não necessariamente do que se fez”. A criminalização de corporalidades sujeitadas demarca quais corpos são inerentemente criminosos e inerentemente pornificados, quais corpos são feminizados e transformados em objetos de gozo e de

consumo. A delimitação discursiva de um corpo é, também, uma prática acusatória.

Aqui, achamos interessante trazer o pensamento de Hur (2015) sobre a constituição das instituições. Para o autor, as instituições são amplamente integrativas, “molariza[m] o molecular” e “conjuntiza[m] os elementos separados”, de maneira que diferentes elementos se relacionem em um mesmo regime de forças. Hur (2015) ressalta que é a instituição o produto de relações de força, e não o contrário. As instituições se instauram em virtude de conexões entre fluxos diversos, buscam capturar os fluxos de desejo, conectá-los a partir de códigos que elas mesmas instauram, e “o conjunto destes códigos forma as instituições, que por sua vez operam por códigos, por normas” (Hur, 2015, p. 163-164). O que observamos é a atuação de contínuos processos de institucionalização de relações de força e poder, que se concretizam por uma materialidade territorial e geográfica ou que se dinamizam no ar, incorporando todas as formas de relações sociais.

A partir disso, Hur (2015) escreve que as instituições se constituem de duas formas: no polo concreto ou no polo abstrato. As instituições concretas são a atualização das abstratas, materializando,

estratificando e espacializando as máquinas abstratas. As instituições concretas, enquanto formações molares, atualizam e presentificam as forças moleculares das instituições abstratas. Por outro lado, as instituições abstratas são fluidas e etéreas; estão dentro das instituições concretas e, ao mesmo tempo, dispersadas pelas ruas. Nas instituições concretas, a axiomática se propõe a decodificar o que foi instituído, não para promover uma desinstitucionalização, mas para modular os códigos institucionais na lógica do capital. As instituições são desterritorializadas somente para serem reterritorializadas logo em seguida dentro de uma gramática capitalista, do “hospício aos hospitais-dia, da prisão às penas alternativas, da educação formal à educação à distância, da segurança pública à segurança privada” (Hur, 2015, p. 170-171). Hur (2015) nos apresenta, então, a ideia de imaterialidade institucional. Agora, as instituições não se encerram em uma delimitação geográfica, mas se articulam “pela variação das posições dos diferentes elos na rede, programada pela axiomática do capital” (Hur, 2015, p. 169).

Sendo assim, compreende-se que o encarceramento vai além da prisão, o trabalho pornográfico vai além da monetização de um vídeo, o boquete vai

além da troca comercial, e se estendem à produção industrial de subjetividades que gozam e fazem gozar. Se as instituições concretas (molares) são a materialização e a presentificação de instituições abstratas (moleculares), a prisão, a pornografia e a prostituição são dispositivos de materialização e perpetuação do que Guattari e Rolnik (1996) chamam de grupos sujeitos e grupos sujeitados: perpetuam a sujeição de certos corpos ao gozo de outros. O gênero não é nada mais do que uma abstração, uma invenção – e podemos dizer muito mais sobre o sexo! –, e, mesmo assim, é materializado no corpo como um dos primeiros aspectos que se percebe em um sujeito, ou, ainda, como um dos elementos que promovem sua corporificação. A partir de sua leitura, o corpo é imediatamente alocado em uma posição no regime farmacopornográfico, baseada em seu potencial excitatório.

É por meio da valoração de abstrações que a era farmacopornográfica se concretiza, tendo as drogas, a pornografia e o trabalho sexual como seus principais pilares. Contudo, estes são constantemente ilegalizados, ocultados e marginalizados. O que ocorre não é um congelamento da circulação de drogas sintéticas, de materiais audiovisuais pornográficos ou de variados serviços

sexuais. Estas transações econômicas continuam ocorrendo, com ou sem legalização; contudo, permanecendo no campo da ilegalidade, torna-se muito mais proveitoso, para o Estado, apossar-se delas, tanto de sua produção quanto de sua monetização e consumo. Se ninguém pode produzir a droga, ninguém pode capitalizá-la. Então quem produz, e quem capitaliza? Quem faz circular, e quem consome? Por um lado, a pornografia e o trabalho sexual existem de forma oculta, escondidos dos holofotes da indústria cultural; por outro, são os motores de todos os tipos de produção capitalística. A marginalização da pornografia e do trabalho sexual somente os precariza, por vetores de raça, classe e gênero; nunca, em hipótese alguma, impossibilita que estes dispositivos, ou essas próteses subjetivas (Preciado, 2018), continuem existindo e se reproduzindo. O estreitamento jurídico das drogas, da pornografia e do trabalho sexual serve simplesmente como uma correia que delinea o fluxo do mercado, o valor e a descartabilidade dos corpos.

A pornografia, para Preciado (2018), é a sexualidade espetacularizada, a representação pública, patenteada e comercializável do corpo. O que a caracteriza é sua capacidade de transformar o que deveria ser privado em

algo público, monetizável. Portanto, a pornografia pode ser compreendida como “um dispositivo para publicação do privado” (Preciado, 2018, p. 281-282), mas não só. Ao representar o privado no público, faz com que o público se torne, também, parte do âmbito privado, de forma que tudo carregue um “valor masturbatório suplementar” (Preciado, 2018, p. 281-282), desde a arquitetura da metrópole às transações comerciais internacionais, da autoridade de guardas de trânsito à repreensão da diretora escolar. Não existe corpo individual, nem esfera privada. Não há escapatória à regulação política. Tudo é passível de gozo.

Somado a isso, Deleuze e Guattari (2010) nos dizem que não há separação entre a sexualidade e as transações políticas, entre a produção desejante e a produção social. A sexualidade encontra-se “na maneira como um burocrata acaricia os seus dossiês, como um juiz distribui justiça, como um homem de negócios faz circular o dinheiro, como a burguesia enraba o proletariado etc.” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 386-387). A sexualidade opera similarmente às máquinas desejantes com as máquinas sociais: é o investimento inconsciente dos conjuntos molares, é o investimento do desejo nas formações sociais. No fundo, a produção social e a

produção desejante são equivalentes, tais como os investimentos sociais e os investimentos de desejo, as máquinas sociais e as máquinas desejantes, porém uns funcionam no regime molar, e outros no molecular. O que as diferencia é seu funcionamento: a produção social pode reprimir a produção desejante, ao passo em que a produção desejante pode “explodir a forma social” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 159). Da mesma forma, as máquinas desejantes moleculares são investimentos das máquinas molares: a mesma coisa, operando em diferentes esferas. Contudo, apesar de seu funcionamento molecular, as máquinas desejantes só existem mediante as máquinas sociais, tal como a produção desejante existe somente a partir da produção social. Se há investimentos conscientes de movimentações econômicas, políticas, religiosas, ideológicas, é só por meio de investimentos libidinais inconscientes. As máquinas desejantes operam nas máquinas sociais, em seu regime molecular próprio no conjunto molar que formam. Desse modo, devemos compreender as dinâmicas capitalistas, as transações econômicas, os acordos políticos e o funcionamento da maquinaria global através da lente da subjetividade, tendo em vista, com Preciado (2018), que o capitalismo atual

tem como moeda o controle subjetivo e a gestão técnica do corpo sexual.

Essa formulação abre caminho para averiguarmos o conceito de *potentia gaudendi*, isto é, o motor da economia sexual, a capacidade excitatória do corpo, uma “força orgásmica [...] a soma da potencialidade de excitação inerente a cada molécula material” (Preciado, 2018, p. 45). Essa força existe tanto como fármaco, quanto como representação pornográfica ou como trabalho sexual, simplesmente caracterizando-se como a capacidade de excitar e ser excitado. A *potentia gaudendi* é unicamente imaterial, pois se revela como uma relação de excitação-frustração, ao mesmo tempo em que só se exprime através da materialidade do corpo. Nesse sentido, o trabalho farmacopornográfico ultrapassa o plano material; não é imaterial, pois nada é mais material do que o corpo, e o corpo detém a *potentia gaudendi*. Ao invés de imaterial, o trabalho farmacopornográfico é “tecnomaterial ou hipermaterial, posto que sua textura é biológica, molecular, bem como carnal e numérica, irredutivelmente sináptica e digitalizável” (Preciado, 2018, p. 309).

O capitalismo farmacopornográfico não se atenta à produção de objetos, mas de ideias, desejos, símbolos. O que move o capitalismo farmacopornográfico é o

controle da subjetividade e sua serialização global; é a produção do tecno-corpo, de estados mentais industrialmente projetados. O grande desafio e o intuito do capitalismo farmacopornográfico são, portanto, a disseminação política dessas representações, a produção de desejos e afetos potencialmente consumíveis. Não se trata dos custos para se fazer um vídeo pornográfico ou fabricar uma droga. Não se lucra pela quantidade de notas ou moedas acumuladas, mas pela capacidade de produzir e reproduzir corpos que sejam potencialmente consumidos. O capitalismo lucra pela produção de subjetividade: “não há objetos a produzir, trata-se de inventar um sujeito e produzido em escala global” (Preciado, 2018, p. 56-57), um sujeito biomolecularmente e midiaticamente produzido.

Na pornografia, o corpo, o sexo e a sexualidade são puramente performances (Preciado, 2018), a prática de repetições e regulações políticas. É por esse viés que compreendemos como o corpo é inventado: não se captura uma massa orgânica pela câmera de vídeo ou pelo iPhone, mas sim uma encenação politicamente regulada que lucra pela manutenção de um circuito de desejo capturado por máquinas de produção capitalística (Guattari & Rolnik, 1996). O

desejo deve pertencer ao campo familiar, a um determinado grupo, a um ordenamento, ou até a uma institucionalização, e está “em toda parte em que algo flui e corre, de modo que sujeitos interessados, mas também embriagados ou adormecidos, são arrastados por ele para desfiladeiros mortais” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 143). O vídeo pornográfico contém o desejo que subjaz aos seus pixels, tal como o hormônio sintetizado em laboratório contém o desejo que subjaz às suas moléculas. Tudo está embargado de desejo e dos dispositivos que o regulam.

No regime farmacopornográfico, o biopoder não está mais na arquitetura de instituições materiais, ou na conformação da vida privada; não está mais no exterior, mas dentro do corpo. Agora, falamos em uma arquitetura endocrinológica, uma arquitetura anatômica, genética. O corpo engole e se autoaplica biocódigos e micropróteses farmacopornográficos; “o corpo engole o poder” (Preciado, 2018), por meio das novas tecnologias de modificação corporal insurgentes das tecnologias da guerra. O corpo já nasce sintético, mamando seu tecnoleite, ingerindo medicamentos suplementares a uma existência inerentemente intoxicada. Não existe natureza sem uma dose de artificialidade; não há corpo sem próteses e

sintéticos. O corpo é, por si só, um artifício, uma tecnologia política. As tecnologias farmacopornográficas são soma-tecno-subjetividades (Preciado, 2018). Em resumo, nos defrontamos com modelos de desejo, de existência e de percepção, partindo para a afirmação que mais define o regime farmacopornográfico: “O corpo já não habita os espaços disciplinadores: está habitado por eles” (Preciado, 2018, p. 86).

Considerações momentâneas

Neste estudo, procuramos exprimir o caráter artificial do corpo na maquinaria farmacopornô, sendo os pilares desta maquinaria as drogas (incluindo hormônios e qualquer substância sinteticamente produzida e industrializada); a mídia, com seu potencial de pornificação; e o trabalho sexual, exercido em suas diversas modalidades, e estes elementos foram desenvolvidos pelo legado tecnológico das guerras do século XX. As tecnologias que produzem a morte são as mesmas que gerem a vida, sendo a construção artificial do corpo um componente desta regulação.

O corpo é codificado conforme as tecnologias que utiliza ou que deixa de utilizar, ou melhor, de acordo com as tecnologias que são oferecidas a ele e as

que não são permitidas para seu uso. O pertencimento territorial, os marcadores sociais e os infinitos atravessamentos institucionais que afetam o corpo delineiam sua inteligibilização no socius, fazendo dele uma arquitetura tecnobiomolecular: o conjunto de representações midiáticas, hormonais, cromossômicas, anatômicas e performáticas que gerem os fluxos do corpo no capitalismo farmacopornográfico. Os hormônios se configuram, assim, como drogas políticas (Preciado, 2018), imbuídas de fluxos de desejo. A era farmacopornográfica é gerida e gere fluxos de hormônios e de gozo, e configura dispositivos de subjetivação hormonal, ou seja, tudo aquilo que as moléculas de testosterona, progesterona ou estrogênio carregam e tudo o que produzem no tecido social.

A produção e a comercialização de hormônios sintéticos não podem ser dissociadas da produção subjetiva da masculinidade e da feminilidade, tampouco a circulação de representações pornográficas da construção de corpos artificialmente naturalizados. A produção do corpo é também produção de subjetividade (Guattari & Rolnik, 1996), e a artificialidade do corpo está tanto na manipulação farmacológica de sua

fisiologia quanto na proliferação midiática de representações corporais e nas dinâmicas do mercado sexual.

Os objetos de consumo do capitalismo atual são ideias, desejos, sentidos de identidade, pertencimento, prazer, conexões. A cada síntese, a cada disjunção ou conexão, percebe-se um fluxo monetário, uma troca de serviços, uma potencial monetização: é o que configura a axiomática do capital. “O lucro do capitalismo”, para Guattari e Rolnik (1996, p. 32), “é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo”. Quando se produz o que se deseja consumir, quando se produz o desejo concomitantemente ao objeto de desejo ou sua representação, fica mais fácil de atender à demanda, pois esta é literalmente inventada – e monetizada. O que se observa é “uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial [que] tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 39).

O capitalismo farmacopornográfico produz o desejo concomitantemente ao objeto de desejo, e promove uma territorialização sexual do corpo quando atribui significados precisos a seus órgãos: quais os papéis que os órgãos do corpo

devem representar na economia farmacopornô? Como diferentes partes do corpo devem ser territorializadas, sofrer des/reterritorializações, conforme as inovações tecnológicas? Tal como os órgãos do corpo precisam ser territorializados para exercerem suas funções como trabalhadores farmacopornográficos (Preciado, 2011), o capitalismo opera pela contínua desterritorialização e reterritorialização de fluxos desejantes, artificializando, concretizando e, por fim, axiomatizando os fluxos descodificados em lógica de mercado (Deleuze; Guattari, 2010). Nas sociedades modernas capitalistas, não há desterritorialização sem reterritorialização: “o que elas desterritorializam de um lado, elas reterritorializam do outro” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 341), refletindo os movimentos do biocapitalismo contemporâneo, que “ao mesmo tempo produz e destrói as espécies” (Preciado, 2018, p. 54).

Contudo, a reterritorialização ocorre de forma artificial e residual. É nesse sentido que o capitalismo artificializa, repelindo os fluxos descodificados da produção desejante, substituindo seus códigos por axiomáticas. Descodificados e desterritorializados, os fluxos necessitam de uma regulação, que

será providenciada pelo Estado, a fim de que os fluxos sejam esquadrihados, serializados. Não fosse pela axiomatização do capital, os fluxos desejantes poderiam muito bem voltar “de bom grado à lua, se o Estado capitalista não estivesse lá para reconduzi-los à terra” (Deleuze & Guattari, 2010, p. 342).

É nesse sentido, também, que compreende-se a complementaridade entre a economia farmacopornográfica e a axiomática do capital. O que procuramos mostrar, nesta pesquisa, é o paralelismo destes dois conceitos que se cruzam por uma mesma lógica. Se a farmacopornografia demanda e produz a artificialidade do corpo desejante, a axiomática do capital artificializa a codificação dos fluxos de desejo, arruinando-os e bloqueando-os, somente para restaurá-los e reinseri-los no socius, porém a serviço do capital, refletindo suas imagens. O corpo é artificializado pelos códigos axiomatizados, e tal axiomatização só se torna possível pela produção farmacopornográfica do corpo. Não podemos falar de axiomática do capital sem pensar nos atributos coloniais, no legado do pós-guerra, no tráfico de pessoas, nas indústrias cosméticas e em toda a maquinaria já explicitada. A regulação global dos fluxos desejantes

depende inteiramente do capital, de forma que tenhamos capital de trabalho, de conhecimento, de formação, de vida.

O corpo, de seus órgãos e tecidos ao seu comportamento social, é codificado. Suas ações, seus desejos e impulsos, tal como sua leitura social e a reação do socius para com ela, são produções sociais e desejantes fundidas pela axiomática tecnobiomolecular. E, na medida em que o capitalismo artificializa, na medida em que a axiomática do capital opera somente a partir da artificialização dos códigos e dos fluxos que os movem, podemos dizer que não existe corpo isento de artificialidade. Nosso pensamento não parte da negação da natureza – embora também a reiteremos –, mas segue pela ideia do corpo como um artifício, um instrumento de ação e de reprodução da mesma axiomática que o inscreve na sociedade, inteligibilizando-o ou segregando-o.

Referências

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Cavalcanti, C., Barbosa, R. B., Bicalho, P. G. (2018). Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicol. cienc.*

- prof., 38(2), 175-191. Recuperado de:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600175&lng=pt&nrm=iso>.
- Deleuze, G., Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo, Brasil: Ed. 34.
- Deleuze, G., Guattari, F. (1995). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. vol. 1. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. 34.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Guattari, F., Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Hur, D. U. (2015). Axiomática do capital e instituições: abstratas, concretas e imateriais. *Rev. Polis e Psique*, 5(3), 156–178. doi: <<https://doi.org/10.22456/2238-152X.58450>>.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- Passos, E., Barros, R. B. (2009). Por uma política da narrativa. In Passos, R., Kastrup, V., Escóssia, L. (Org). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Brasil: Sulina.
- Preciado, P. B. (jan./abr., 2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20. doi: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>>.
- Preciado, P. B. (2018). *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo, Brasil: n-1 edições.
- Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, Bahia, Brasil. Recuperado de: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>>.

Bruno Latini Pfeil. Graduado em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula (USU/RJ) e graduando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduando em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política (FAUSP). Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Cofundador e coordenador da Revista Estudos Transviados.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2252-6834>

E-mail: brunopfeil8@gmail.com

Thiago Colmenero Cunha. Psicólogo (UFRJ), Pedagogo (UNIRIO), Mestre e Doutor em Psicologia (UFRJ). Professor das graduações em Psicologia, Pedagogia e em Direito da Universidade Santa Úrsula (USU). Psicólogo clínico, supervisor

clínico-institucional. Colaborador na Comissão de Educação do XVII Plenário do CRP-RJ (2023-2025).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8202-3377>

E-mail: colmenerocunha@gmail.com

Submetido em: 31/10/2021

1ª rodada: 10/01/2022

2ª rodada: 18/02/2022

Aceito em: 15/12/2022
